

A CONSTRUÇÃO DAS AMEAÇAS E DO INIMIGO NOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS NORTE-AMERICANOS (1993-2013)

ERICA SIMONE ALMEIDA RESENDE
LUCAS AMARAL BATISTA LEITE

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender de que forma reações a eventos como o 11 de Setembro e a crise de pronunciamentos presidenciais constroem ameaças e inimigos em política externa. Tomando como base uma coleção de pronunciamentos do “Estado da União” que cobrem os governos Bill Clinton (1993-2001), George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2013), empregaremos técnicas discursivas para identificar as lógicas presentes na articulação de narrativas e representações de ameaças e inimigos em política externa norte-americana no pós-Guerra Fria. A análise dos discursos presidenciais permitiu não apenas compreender como são construídos os significados da identidade nacional norte-americana, como também perceber deslocamentos discursivos em reação a eventos como o 11 de Setembro e a crise de 2008. Em comum, todos os presidentes tentaram construir discursivamente a representação de um mundo em transformação, precário e sob constante situação de perigo, razão de serem sempre períodos excepcionais, nos quais o futuro da humanidade estaria diretamente ligado a como os Estados Unidos atuariam no mundo. Simultaneamente, o artigo faz um contributo ao debate sobre o nexo identidade/alteridade nas Relações Internacionais ao explorar como os discursos de construção de inimigos e de ameaças se prestam à legitimação de opções políticas em política externa norte-americana no pós-Guerra Fria.

PALAVRAS - CHAVE

Estados Unidos; política externa; análise de discursos; identidades; alteridade.

THREAT AND ENEMY CONSTRUCTION IN US PRESIDENTIAL DISCOURSES (1993-2013)

ABSTRACT

The aim of this article is to understand how US presidential speeches discursively construct threats and enemies in foreign relations. Looking into a set of State of the Unions addresses covering Bill Clinton's (1993-2001), George W. Bush's (2001-2009), and Barack Obama's (2009-2013) administrations, we employ two techniques of discourse analysis in order to identify the logics of articulation of narratives and representation of threats and enemies in US foreign policy after the Cold War. The analysis allowed us to understand not only how the meanings of American national identity are constructed but as well as to identify shifts in discourse as a response to important events such as 9-11 and the 2008 economic crisis. In common, all three presidents tried to discursively construct the representation of a changing world under constant danger, which justified the framing of current times as exceptional. As such, the future of mankind would be directly linked to how the United States would act in the world. At the same time, this article wishes to contribute to the identity/alterity nexus in International Relations by highlighting how discourses of threat and enemy construction serve to the legitimation of political options in US foreign policy in the post-Cold War period.

KEYWORDS

United States; foreign policy; discourse analysis; identities; alterity.

SOBRE OS AUTORES

ERICA SIMONE ALMEIDA RESENDE

Doutora em Ciência Política pela USP, Professora de Relações Internacionais da Universidade de Oklahoma (EUA) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ/UCAM). Pesquisadora-bolsista Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ).

Contato: esa@infolink.com.br.

LUCAS AMARAL BATISTA LEITE

Doutorando em Relações Internacionais pelo Programa "San Tiago Dantas" (UNESP, UNICAMP, PUCSP), Pesquisador Visitante na Georgetown University (EUA) e Professor na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP) em São Paulo.

Contato: leite.ri@gmail.com.

SUBMETIDO EM

Outubro de 2015.

APROVADO EM

Outubro de 2015.

Não vemos as coisas como são: vemos as coisas como somos.

Anais Nin

1 - INTRODUÇÃO

A relação de amizade e inimizade entre os povos e os indivíduos possivelmente não tem um ponto de surgimento detectável ou reconhecível. Nesse sentido, Murray e Meyers (1999) afirmam que a construção de ameaças e de inimigos é uma constante da política internacional. Os autores sugerem que o desaparecimento de um ator que se configura como ameaça não significa a garantia da paz ou a eliminação do discurso que permitisse a construção de um possível inimigo anterior, mas que as narrativas se adaptam ao ambiente e às demandas de cada época.

Referindo-se aos Estados Unidos, Edwards (2008: 831) recorda que o presidente tem papel essencial na mudança de significados no que se refere à prática discursiva: “[...] a construção presidencial do inimigo é um dos componentes centrais do vocabulário de política externa de um presidente, e torna-se um guia central para compreender a política externa norte-americana.” Com efeito, uma das funções da retórica presidencial é didática. Se a distância geográfica, a baixa sofisticação intelectual para a reflexão, a falta de contato direto com temas internacionais e o fluxo grande de informações sempre contraditórias dificultam o entendimento sobre as questões de política externa para o público comum, o discurso do presidente ensina o que é certo ou errado, e quem são os amigos e quem são os inimigos. Os discursos presidenciais fornecem explicações, citam exemplos, fazem referências à memória coletiva da nação e dão sentido a opções de política externa.

O objetivo deste artigo é entender de que forma os discursos presidenciais articulam a narrativa e a representação de ameaças e inimigos no plano discursivo. Para tanto, tomaremos como base uma coleção de pronunciamentos do “Estado da União” que cobrem os governos Bill Clinton (1993-2001), George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-2013)¹. Para tanto, aplicaremos duas técnicas de análise de discursos que, combinadas, fornecerão elementos para perceber como a diferenciação entre o “Eu” e o “Outro” é construída por meio do discurso presidencial. O presente artigo é dividido em três partes. Na primeira, exploraremos o conceito de identidade e sua relação com a construção de ameaças e inimigos nas práticas discursivas da política externa. Em seguida, apresentaremos os resultados

1 Pronunciamento ao Congresso no qual o presidente apresenta um relatório com os principais temas da agenda política para o ano. O pronunciamento atende ao artigo 2º, seção 3, da Constituição dos EUA.

de pesquisa empírica aplicada em um corpus discursivo formado por 21 textos produzidos entre 1993 e 2013, totalizando cerca de 135 mil palavras. Finalmente, faremos considerações sobre os padrões dominantes encontrados na análise do corpus discursivo selecionado.

2 - A IMPORTÂNCIA DO NEXO IDENTIDADE/DIFERENÇA PARA A LEGITIMAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA

Provavelmente devido a debates sobre multiculturalismo e sobre a globalização, os estudos de identidades – coletivas, individuais, étnicas, nacionais, ou de gênero – parecem ter capturado as Ciências Sociais nos últimos tempos². Na área de RI, o conceito foi aplicado na compreensão de fenômenos como formação de alianças (Leff 1997; Stokes 1995; Rouhana 1997), criação de comunidades e culturas de segurança (Adler e Barnett 1998; Katzenstein 1996), adesão a instituições internacionais (Johnston 2007) ou conflitos étnicos (Fitzpatrick 1993; Hutchinson e Smith 1996). Todavia, o conceito de identidade ainda permanece relativamente enigmático ou, pelo menos, “complicado”, conforme avalia Gleason (1983).

Fearon (1999), por exemplo, cita 14 definições distintas empregadas em diferentes áreas das Ciências Humanas. A primeira reação a esse oceano anárquico de definições seria simplesmente a rejeição do conceito de identidade por sua natureza vaga e indefinida. Todavia, alguns elementos nos permitem reconhecer que a noção de identidade parece convergir na direção de duas acepções distintas, porém não muito distantes entre si: identidade coletiva como categoria social e identidade pessoal como distinção individual.

A primeira se refere à identidade coletiva de um grupo de indivíduos – reunidos sob um tipo de rótulo – e que são diferenciados pelas regras, normas, valores, características e atributos que regem seu pertencimento ao grupo. A segunda acepção descreve os atributos, crenças, desejos, qualidades etc. que cada indivíduo entende que o torna único e especial em relação aos demais. Trata-se de identidade pensada como individual e voluntária, e como fonte de distinção. Contudo, em ambos os casos, ela é pensada em termos de “ser sujeito”. Pensar identidade dessa forma seria decorrente da própria evolução dos estudos sobre identidades, que começaram a refletir sobre a questão da identidade atrelada à questão da construção do “projeto do ‘Eu’” (Benwell e Stokoe 2006: 18). Para as autoras, os ideais característicos do racionalismo e do idealismo Iluministas, fizeram com que a identidade, primeiro, fosse pensada com foco no indivíduo.

2 Para um panorama da recente literatura sobre identidades, ver Brubacker e Cooper (2000).

Com efeito, Charles Taylor (1989) destaca a relação entre a identidade e a noção de indivíduo como “sujeito de autointerpretação” (*self-interpreting subject*), que devemos atribuir a Descartes e a Locke. O indivíduo passou a ser concebido como um sujeito de ação autossuficiente dotado de racionalidade instrumental, cujo “Eu” seria criado com base na acumulação de experiência e de conhecimento em seu intelecto no contexto do Iluminismo. Enquanto que a separação feita por Descartes entre mente e corpo abriu caminho para uma subjetividade independente de influência externa, a ênfase dada por Locke à capacidade reflexiva da mente facilitou a construção da noção de “sujeito soberano”. Taylor advoga que, ao conceberem um “agente humano capaz de se refazer por meio da ação disciplinada e metodológica” (Taylor 1989: 159), Descartes e Locke formularam uma concepção específica de identidade: identidade como instrumento da execução do “projeto do ‘Eu’”, conforme assinalado por Benwell e Stokoe (2006).

A partir de contribuições da psicanálise, o estudo sobre a identidade toma nova direção. Freud entendia que a mente de cada indivíduo seria o elemento definidor de sua identidade, o que significava que o sujeito deixa de ser soberano de si para se tornar sujeito de sua *psique*. Apesar de sua preocupação em compreender os mecanismos da *psique* e suas consequências para a subjetividade humana, Freud reconhecia a importância dos processos de socialização dos indivíduos, especialmente aqueles ligados à família.

No entanto, a ruptura definitiva com o paradigma Iluminista sobre a identidade parte de Jacques Lacan, que tentou perceber como os indivíduos se reconheciam, ou identificavam-se, como pertencentes a uma determinada coletividade, ou grupo. Lacan (1977) buscou compreender como o inconsciente fluido e caótico da criança é submetido e dominado pela ilusão de uma identidade unificada e coerente. Ao conceber o inconsciente como linguagem estruturada, na tradição do pensamento estruturalista de Saussure, Lacan postula que o “Eu” tenha algum tipo de ponto de referência original, ao qual possa retornar após um trauma, ou uma crise. Tal concepção implica a rejeição de uma identidade *a priori*, essencial, ou pré-social. Por nascer sem referências, o “Eu” somente se estabiliza por meio da ilusão de unidade, possível de ser construída apenas no plano discursivo.

Usando a metáfora do espelho, Lacan descreve como a criança, emocionalmente ainda imatura e inacabada, é capaz de identificar uma imagem exterior e nela se reconhecer. A criança somente distingue seu reflexo do reflexo de terceiros porque compreende a diferença entre imagem e representação: a imagem que ela vê no espelho é apenas sua representação e não ela própria. E o momento de identificação é confortável porque gera sensação de domínio, unicidade e completude do “Eu”, apesar de falso e ilusório. Os indivíduos, portanto, encontram-se cativos de processos de produção de subjetividade. Já que não dispomos de uma identidade

essencial *a priori*, somos crianças que buscam no espelho a representação do “Eu” para que possamos experimentar o conforto produzido pela ilusão de uma identidade individual una, completa e acabada.

A proposta de Lacan tem importantes implicações para a questão da identidade. Ao destacar a instabilidade, incompletude e precariedade das identidades, Lacan rejeita totalmente a noção de uma identidade essencial e *a priori*. A subjetividade não nasce dada; ela é construída por processos históricos específicos e, portanto, instável, precária, em constante transformação. Daí a necessidade de reafirmação contínua.

Além disso, tendo em vista que o processo de construção do “Eu” se dá pela identificação da representação do “Eu” no espelho, os significantes que são excluídos da identificação do “Eu” são atribuídos a um “Outro” imaginado (ao ver-me representado em X, defino-me como X. Logo, todos os elementos não-X somente podem se referir ao meu não-Eu). Para Lacan, se os significantes atribuídos ao “Outro” forem positivos, tornando-o digno de mérito, o “Eu” estabelece uma relação de amor com o “Outro”. Se, ao contrário, eles são negativos, o “Eu” constrói o “Outro” como indigno, indesejável e sem valor.

Com base em Lacan, somos agora capazes de compreender o conceito de identidade em uma perspectiva crítica que rejeita sua reificação. A tradição do conhecimento ocidental tem representado as identidades como objetos amarrados ao mundo natural. Entender que as identidades são socialmente construídas ao invés de serem naturais, imutáveis e fixas; que são contestáveis e polimorfas, ao invés de unitárias e singulares; que são interativas e processuais ao invés de estáticas e essenciais, representa uma importante ruptura teórica.

Nesse sentido, a principal contribuição de abordar o conceito de identidade de uma perspectiva crítica consistiria em sua vontade e seu compromisso em problematizar as práticas políticas que procuram dar estabilidade a seu conteúdo. Dito de outra forma, haveria uma questão de poder nos processos de construção social das identidades, e ela deve, necessariamente, ser submetida à crítica e à problematização. Tal caminho nos será aberto primeiro por William Connolly, que destaca a natureza relacional do conceito de identidade.

Ao definir identidade como um processo relacional entre duas, ou mais, entidades de forma a expressar igualdade, unidade e uniformidade em oposição àquilo que não é igual. Connolly entende que a identidade é estabelecida em relação a uma série de diferenças socialmente reconhecidas.

“[A] manutenção de uma identidade (ou campos de identidade) requer a conversão de algumas diferenças no Outro, no mal, ou em um de seus substitutos. Identidade requer diferença para que possa existir, e a converte em Outro a fim de assegurar sua própria certeza”, postula (Connolly 1991: 64).

Eis, então, a ideia de identidade como fruto de uma relação contínua de produção de “Outricidade”: a identidade que procura fixar-se, inscrever-se como única e verdadeira, imprimindo a tudo aquilo que lhe é diferente a marca de estranho, mau, irracional, anormal, doente, primitivo, louco e perigoso, enquanto reclama para si as características de bom, coerente, completo, racional, são, civilizado, pacífico, natural e verdadeiro. Porém, ao converter diferença em “Outricidade”, a identidade se articula como natural em busca de estabilização, apresentando-se como legítima e verdadeira e reprimindo as demais pela força. Em tempos de crise e incertezas, o “Eu” se sente acuado e passa a experimentar “incerteza, contingência e fragilidade acerca do status, poder e oportunidades que lhe são outorgados” (Connolly 1991: 22). A sensação de incerteza e ansiedade, potencializada e exacerbada na modernidade tardia, acaba gerando um ressentimento generalizado que se expressa por uma hostilidade direcionada em relação ao “Outro” e pela tentativa de se autorreconhecer como identidade única, verdadeira, autêntica, segura, real e livre da incerteza.

As teorias críticas em RI – principalmente as de abordagem pós-positivistas – tentam avançar na problematização do papel da identidade na formulação e legitimação de opções políticas, sobretudo em política externa. Nesse sentido, tenta-se aos poucos integrar ao tradicional objeto de estudo de RI – o comportamento dos Estados fora de seus limites soberanos – o que Guillaume (2011: 1) chama de ‘nexo identidade/alteridade’. Para o autor, além das tradicionais problemáticas articuladas em torno dos nexos ‘guerra/paz’ e ‘conflito/cooperação’, torna-se agora imprescindível expandir o horizonte de RI de forma a englobar questões em torno do nexo ‘identidade/alteridade’. Nesse sentido, ganhariam especial importância as práticas de construção de outricidade, ou seja, os processos por meio dos quais a diferença é constituída e significada como o outro inferior, sobretudo na racionalização e legitimação das opções política para estabelecer relações com o que estaria de fora dos limites soberanos dos Estados.

A política externa passa, portanto, a ser concebida como prática social e política de construção de fronteiras ao produzir discursivamente diferenças com base em dicotomias do tipo “dentro/fora”, “amigo/inimigo” e “Eu/Outro”, em que o nexo ‘identidade/alteridade’ atua na coconstituição e (re)afirmação de relações sociais entre entes políticos. Sustentadas por marcadores identitários (Mansbach e Rhodes 2007) de conteúdo ideológico específico, cuja função é estabelecer o horizonte do “Eu” em relação ao “Outro” – o que pode ser incluído e o que deve ser excluído devido a sua suposta ‘inferioridade’ – o discurso da política externa converte diferença em “Outricidade” ao criar e naturalizar um “Eu” privilegiado.

Conforme lembra Neumann: se “o ‘Outro’ é aquilo que ‘Eu’ não sou”, ele perturba a ordem pelo mero fato de existir (Neumann 1996: 151). Em outras palavras, a construção do “Outro” como força antagonista assegura e legitima o significado da

identidade com base em estratégias de disseminação de medo e ansiedade quanto ao “Outro” inimigo. Nesse sentido, as fronteiras dos Estados, inventadas para demarcar e legitimar um espaço físico atemporal capaz de delimitar o horizonte da identidade (Walker 1993), reafirmam a superioridade do soberano na contenção de incertezas, ameaças e perigos a essa identidade.

Nesse contexto, a política externa pode ser então concebida como “prática política central para a constituição, produção e manutenção da identidade política”. A identidade passaria a ser entendida pela diferenciação em relação ao que é o “Outro”: “(...) a constituição da identidade é obtida através da inscrição de limites que servem à demarcação de um interior em relação ao exterior; de um ‘self’ em relação ao ‘Outro’, o ‘doméstico’ do ‘estrangeiro’”, prossegue Campbell (1998: 8). Daí a importância de elementos linguísticos dispersos no campo discursivo com os quais significados e representações são produzidos e transformados na articulação de discursos de perigo de forma a construir reflexivamente ameaças e inimigos, (re)produzir identidades coletivas, além de privilegiar o Estado como espaço e ator capaz de gerar segurança e sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, as construções negativas de “perigo” e “ameaça” dependem não apenas da exaltação do “Eu”, mas da construção de um espaço ou posição em que o “Outro” possa ser percebido como “mal/mau” ou “inferior”. Fazer política no sistema internacional seria contrapor identidades que se deduzem pela diferenciação e criar filtros de ordenação do “Eu” de dentro em relação ao “Outro” de fora, articulando ambas identidades por meio de discursos de medo quanto a “ameaças e a inimigos identificados no exterior” (Campbell 1998: 75). O resultado é a construção de fronteiras, a demarcação de espaços, a reafirmação de autoridades, o privilegiamento de histórias e a marginalização de discursos alternativos.

Para fins deste artigo, recorreremos a abordagens discursivas para identificar como ameaças e inimigos são criados nos pronunciamentos presidenciais norte-americanos. O diferencial das abordagens discursivas reside na forma como concebem a realidade como socialmente construída em que todos os objetos, sujeitos e relações possuem significados. Ao reconhecerem a natureza instável e performática das identidades que são atribuídas a esses mesmos objetos, sujeitos e relações, pretendem justamente dar conta daquilo que Foucault (1972: 49) descreveu como “práticas que sistematicamente formam os objetos sobre os quais falam”, ou seja, as práticas de produção e reprodução de significados.

Recorremos então a Richard Jackson (2006: 164) para caracterizar discursos como os “conjuntos de ideias relacionadas que empregam um arranjo específico de vocabulários, regras, símbolos, rótulos, presunções, narrativas e outras formas de ação social”. São eles que determinam o que é possível – ou impossível – de ser dito acerca de um determinado objeto. Eles estabelecem, na esfera do debate público,

os parâmetros, as estruturas e os interesses a serem politicamente articulados na construção do senso comum. Em outras palavras, os discursos criam aquilo que será aceito como ‘conhecimento legítimo’ para um grupo social.

Por tais razões, a análise de discursos fornece, simultaneamente, saber e técnica de forma a possibilitar a identificação e problematização de discursos dominantes, a localização dos mecanismos de sua produção, o mapeamento de sua transformação e adaptação, ou não a crises, seu resgate genealógico, a identificação de contradições, falhas e inconsistências internas, o destaque a articulações que constroem um “Eu” privilegiado em oposição a “Outro” desvalorizado, a perturbação de sua coerência interna, a denúncia do caráter arbitrário da articulação entre significantes e significados e suas implicações políticas, a crítica da falsa correspondência entre forma e conteúdo, a indicação de discursos concorrentes, ou até mesmo a construção de discursos alternativos.

Esse tipo de abordagem não é inédito na área de RI, sobretudo em estudos de política externa.³ Ela se presta particularmente bem a esse fim porque o objetivo dos formuladores de política é articular opções políticas que sejam aceitas como legítimas e fruto de autoridade, e assim tentam construir discursivamente uma ligação entre política e identidade de forma a compatibilizá-las. Para fins deste artigo, recorreremos a duas metodologias distintas. A primeira emprega o modelo proposto por Hansen (2006) para a identificação e diferenciação de identidades (*linking and differentiation*). A segunda, com origem na narratologia⁴, pretende identificar a gramática narrativa que rege os papéis a serem desempenhados pelo Eu e o Outro em sua relação com a realidade.

Para Hansen, compreender identidade como produto de processos de relação e diferenciação “fornece uma reconstituição teórica e metodológica da forma pela qual os discursos tentam estabelecer estabilidade e como esta sempre pode ser desconstruída.” (Hansen 2006: 37). Para tanto, ela primeiro propõe criar uma estrutura capaz de compreender e identificar os processos de ligação de cada uma das identidades (do “Eu” e do “Outro”) dentro de determinado discurso. Em seguida, já na fase de diferenciação, cada uma das identidades é colocada em contraponto à outra de forma a demonstrar como as construções discursivas se relacionam. Essas características remontariam à construção das identidades de cada um dos atores relacionados no modelo. Essas relações específicas de cada ator se relacionam dentro da mesma identidade, mas devem ser desconstruídas em relação ao “Outro”, a fim de que o que pode parecer uma construção “positiva” do “Eu” seja percebido

3 Browning (2002), Hansen e Waever (2002), Lynn-Doty (1993), Nabers (2009) e Waever (1997).

4 A narratologia constitui uma área de conhecimento que estuda as narrativas, seus componentes e estruturas, além de suas implicações para o comportamento e vida social.

da forma como possivelmente é, em uma relação de hierarquia e posição. São identificados os termos que indicam a lógica de construção do Eu e do Outro, visto que a construção da identidade não se limita à designação de um signo para o Eu e o Outro, mas sim pela “localização desse signo dentro de um sistema maior” (Hansen 2006: 41-42).

O segundo método a ser empregado privilegia o papel das narrativas que são constituídas no discurso. Afinal, se identidades e subjetividades são construídas no discurso, elas são construídas por narrativas. Por meio de histórias, descrições são “editadas” com avaliações do “Eu” e do “Outro”, determinados aspectos e relações são destacados mais que outros, oposições são construídas etc. Inspirado na obra de Karl Propp sobre os elementos que constituem as narrativas, A.J. Greimas procurou identificar o padrão das ações que sustentam o enredo presente nas narrativas. “Os atores variam, mas o enunciado-espetáculo permanece o mesmo, visto que sua continuidade seria garantida pela distribuição única de seus papéis” (Greimas 1983: 198).

Greimas identifica um padrão de enredo com três pares de actantes⁵ dicotômicos (sujeito x objeto, emissor x destinatário, ajudante x oponente) que interagem entre si ao longo de três eixos (desejo, comunicação, poder), e que são movidos por desejos e necessidades, fobias e medos, e os generaliza para todos os tipos de narrativas. Seriam os seguintes os actantes: 1) Emissor, em situação de superioridade transcendente ou teológica⁶, que envia o Sujeito em uma busca, ou jornada para cumprir uma missão; 2) Sujeito, aquele que recebe a missão de busca pelo Objeto⁷; 3) Objeto, que é significado por sua ausência, perda, ou falta⁸; 4) Destinatário, que é o principal beneficiário da obtenção do Objeto⁹; 5) Ajudante, aquele que auxilia o Sujeito ao longo da trama¹⁰; 6) Oponente, aquele que coloca

5 Os actantes possuem elasticidade notável, posto que agem, conforme caracterização de De Geest (2003: 3), como funções “vazias”, podendo ser preenchidos por personagens variados e em narrativas igualmente variadas.

6 Devido à sua posição superior ao Sujeito, ele lhe impõe um “contrato” onde estabelece os termos da missão e os valores que comandam a trama. Ao final, julga o Sujeito em relação ao cumprimento do contrato, podendo puni-lo, ou recompensá-lo. Ex.: deuses, rei, sacerdote, profeta etc.

7 Sua motivação advém de seu desejo, ou necessidade, em obter o Objeto e assim cumprir sua missão para que possa ser recompensado pelo Emissor, ou de seu medo de sofrer punição no caso de fracasso. Ex.: príncipe, cavaleiro, plebeu, guerreiro etc.

8 É objeto do desejo do Sujeito, com o qual está em relação de coconstituição. Um não pode ser definido independentemente do outro. Ex.: espada, coroa, amor, fortuna etc.

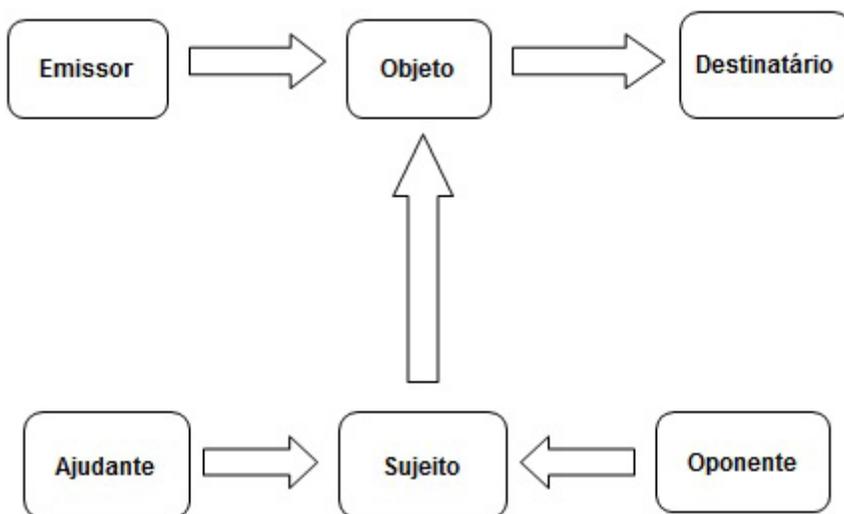
9 O Sujeito pode aceitar a missão em seu nome ou, no caso de um Sujeito excluído de sua esfera, a obtenção do Objeto poderá reconduzi-lo ao convívio do Destinatário (redenção). Ex.: aldeia, reino, comunidade, grupo, ou família.

10 Compartilha os valores do Sujeito e reconhece a legitimidade da missão. Ex.: amigo, escudeiro, empregado, confidente, anjo da guarda, a sorte etc.

obstáculos à missão do Sujeito¹¹.

Greimas formula então um esquema (figura 1) que pode ser generalizado para qualquer narrativa. Assim, ao simplificar ao extremo as narrativas, localiza a estrutura básica das tramas (ou sua “gramática narrativa”, conforme designação por ele empregada) que regem as funções desempenhadas pelo actantes, que “ditam” a estrutura da narrativa. A sua correta identificação permitiria representar a gramática narrativa que rege toda narrativa de forma a dotá-la de sentido e coerência:

Figura 1 - Representação do esquema actancial de A. J. Greimas (1983):



Fonte: elaboração dos próprios autores.

Apesar de partirem de tradições discursivas distintas, entendemos que os modelos de Hensen e Greimas seriam complementares. Enquanto o primeiro privilegia as relações articuladas entre “Eu” e “Outro”, o segundo está preocupado em identificar a narrativa que rege essas relações. Assim, uma análise investida de elementos de ambas as perspectivas forneceria uma imagem mais rica e complexa sobre as lógicas que alimentam os discursos de construção de ameaças e de inimigos na política externa norte-americana. Com relação à amostrada selecionada para

¹¹ Não compartilha os valores do Sujeito nem reconhece a legitimidade de sua missão. Também pode agir por sua oposição direta ao Emissor, ou por desejar o Objeto para si, privando o Destinatário de seus benefícios. Ex.: feiticeiro, bruxo, dragão, exilado, monstro, o azar etc.

a análise, usaremos os pronunciamentos do Estado da União dos presidentes Bill Clinton, George W. Bush e Barack Obama, compreendendo o período de 1993 a 2013, como nosso corpus discursivo.

3 - A CONSTRUÇÃO DO OUTRO AMEAÇADOR NOS DISCURSOS DE POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA DE BILL CLINTON A BARACK OBAMA (1993-2013)

Em 1991, como epitáfio do meio século de bipolaridade, a desintegração da União Soviética suprimiu o polo oriental do sistema internacional vigente até então. O conjunto da geometria do espaço global da Guerra Fria foi radicalmente alterado, e seu fim acabou legando aos Estados Unidos a condição de única superpotência que reunia, simultaneamente, força militar e hegemonia global. No entanto, o fim do conflito que perdurou por mais de 40 anos teve uma implicação fundamental para a política externa norte-americana nos anos que se seguiram. Com o desaparecimento da URSS, quem seriam os novos inimigos e as novas ameaças?

Nesse sentido, a Guerra do Golfo de 1991 ajudou a disseminar que, ao contrário da anunciada “Nova Ordem Mundial” de George H. Bush (1989-93), os Estados Unidos estavam diante de uma situação de “desordem” mundial. O sentimento de crise com relação a entender como o mundo funcionava foi corretamente traduzido por Haas (1995) pela expressão “paradigma perdido”. No cenário de desordem, no qual careciam de uma bússola para dar sentido ao mundo, eram intensos os debates políticos domésticos sobre não apenas que novo cenário era aquele que se desenhava com o fim da Guerra Fria, mas também para dar novo sentido ao próprio país: Quem eram os americanos e como se relacionariam com o mundo não-americano na falta do inimigo conhecido que era a União Soviética?

O slogan adotado por Bill Clinton nas eleições de 1992 – “É a economia, estúpido!” – ecoava a opinião majoritária de que, uma vez enterrada a ameaça soviético-comunista, os Estados Unidos deveriam se concentrar em seus problemas internos e trazer para casa boa parte das tropas aquarteladas no exterior, sobretudo na Europa. Talvez por essa razão não deva ser surpresa a pouca visibilidade conferidas aos temas de política externa durante a campanha eleitoral. Os poucos detalhes perceptíveis, ainda que gerais, limitam-se a descrever o período do pós-Guerra Fria como um “momento histórico”, no qual os Estados Unidos são chamados a assumir o papel de líder.

Com uma plataforma eleitoral de prioridades domésticas, Clinton tomou posse em janeiro de 1993 e passou a valorizar a diplomacia comercial. Ao mesmo tempo, crescia a percepção de que sua política externa sofria de algum tipo de esquizofrenia: em determinados momentos inclinava-se em favor da segurança

cooperativa; em outros, da primazia ou mesmo do neoisolacionismo. O fato é que, a política externa de Clinton sofreu de uma mistura de influências, o que resultou em um período de falta de coerência e uniformidade, segundo alguns críticos. O fim da Guerra Fria havia provocado um deslocamento dos discursos que conferiam sentido à identidade norte-americana. Nesse sentido, é possível perceber ainda que em termos práticos, o governo Clinton precisou se adaptar às pressões a que foi submetido quando o Partido Republicano obteve maioria no Congresso. Se o aspecto principal permanecia de dar ênfase às reformas domésticas, estas buscaram dar coerência à política externa orientada a partir de uma lógica economicista.

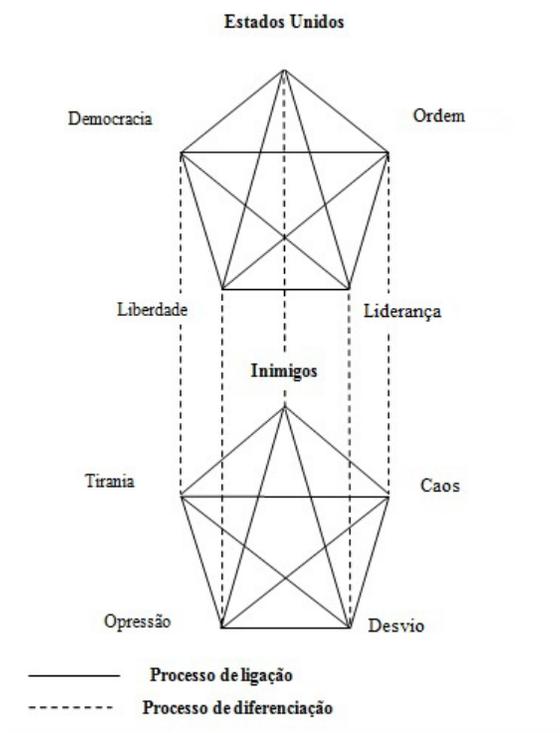
A mudança discursiva pode ser percebida ao mapearmos os termos de maior recorrência, com ênfase nos substantivos¹². Nosso primeiro conjunto de corpus discursivo é formado por oito textos produzidos entre 1993 e 2000, totalizando cerca de 60 mil palavras. Considerando que estudos linguísticos indicam que os substantivos funcionam particularmente bem como significantes flutuantes, levantamos os dez substantivos de maior frequência na amostra com a ajuda da ferramenta *Wordlen*. Na figura 2 abaixo, vemos como a representação visual do discurso sinaliza a centralidade de preocupações domésticas durante o governo Clinton. Os substantivos *jobs, economy, healthcare, community, tax, welfare, families, economy, budget, education, business, opportunity*, entre outros, traduzem tal ênfase.

Para identificar o processo de reinscrição de identidades durante o governo de Bill Clinton segundo o modelo de Hansen, propomos como principais significantes formadores da identidade dos Estados Unidos os termos democracia, ordem, liberdade e liderança. Existe certo pragmatismo nos discursos norte-americanos desse período. A definição dos termos considerados positivos e, portanto, ligados à identidade norte-americana, são voltados para inimigos genéricos e ameaças difusas, por isso a “ordem” aparece como um fator importante para compreensão dessa narrativa.

Em relação à construção oposta, de significantes negativos, percebe-se uma movimentação dos termos “tirania”, “opressão”, “caos” e “desvio” como representantes de uma identidade que possa ser atribuída às ameaças construídas nos discursos dos presidentes norte-americanos. Percebe-se que, apesar da variedade de atributos negativos, existe uma linha condutora na identificação do que se chama de “inimigo”. As tentativas de ocupar o espaço deixado pela União Soviética buscaram ressaltar a noção de que o fim do conflito Leste-Oeste

¹² Para Currie (2004: 4), todo substantivo afirma uma diferença e nega um “universo de diferenças”. Os substantivos – como, por exemplo, cão, comida, árvore, lua, casa etc. – em geral transmitem a ideia de categoria, ou conjunto de entes, o que já indica a naturalização de cadeias associativas de equivalências e diferenças.

Figura 4 - Processo de ligação e diferenciação identitária
 - EUA e seus inimigos (1)



Fonte: elaboração dos próprios autores.

A figura 4 demonstra como a identidade norte-americana, e o que se supõe como a identidade do inimigo, baseado na ameaça externa, é construída. Ambos buscam se estabilizar em ligação (nos termos que se relacionam) e o contraponto entre os distintos significados – que marcam a diferenciação. O modelo apresentado nos permite enxergar como os discursos podem ser sintetizados em conjuntos de significados que se relacionam para formar as identidades norte-americanas e a do inimigo.

Com relação à narrativa, foi possível identificar a seguinte relação narrativa que se estabelece entre o Eu “Americano” e o Outro “não-Americano”.

- Emissor: História¹³

Like every individual man and woman, nations must decide whether they are prepared to rise to the occasion history presents them

- Sujeito: Congresso, Governo Federal, eu (o presidente)

This Congress produced a budget that cut the deficit by half a trillion dollars, cut spending, and raised income taxes on only the wealthiest Americans.

This Congress produced tax relief for millions of low-income workers to reward work over welfare.

...we launched a campaign to reinvent Government.

We cut staff, cut perks, even trimmed the fleet of Federal limousines.

I came to this hallowed Chamber 2 years ago on a mission...

I was determined then to tackle the tough problems too long ignored.

- Objeto: uma nova direção, prosperidade, crescimento, emprego, bem-estar social

Our Nation needs a new direction...

For too long we have drifted without a strong sense of purpose or responsibility or community...

Our immediate priority must be to create jobs, create jobs now...

And just as we must transform our unemployment system, so must we also revolutionize our welfare system.

As we enter a new era, we need a new set of understandings, ...

- Destinatário: o povo, as famílias americanas, os filhos, a comunidade

You will be given a chance to give the children of this country, the law-abiding working people of this country...

Many of our initiatives, from job training to welfare reform to health care to national service, will help to rebuild distressed communities, to strengthen families, to provide work.

...let's give our children a future.

...we have to do more to accept responsibility for ourselves and our families, for our communities, ...

- Ajudante: Forças Armadas, economia forte, educação, democracia, livre comércio

Backed by an effective national defense and a stronger economy, our Nation

¹³ No sentido progressivo, evolutivo e linear.

will be prepared to lead a world.

...we know that economic growth depends as never before on opening up new markets overseas and expanding the volume of world trade...

But nothing, nothing is more important to our security than our Nation's Armed Forces.

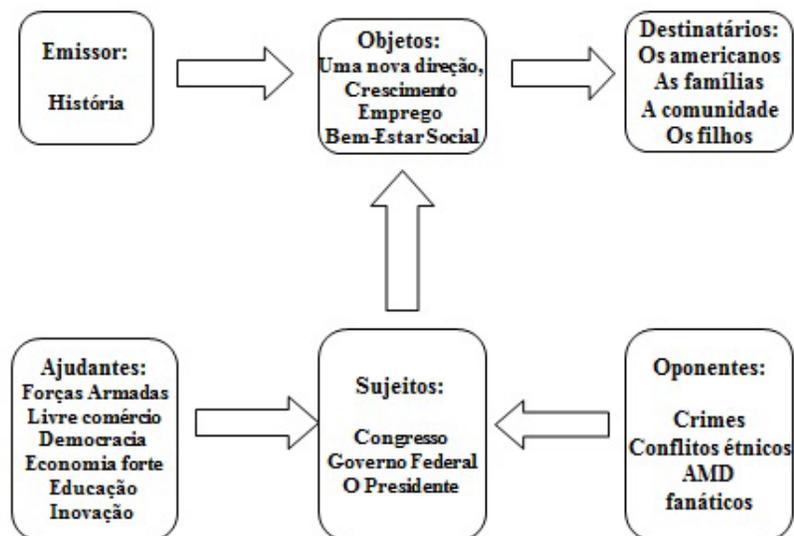
Ultimately, the best strategy to ensure our security and to build a durable peace is to support the advance of democracy elsewhere.

- Oponente: conflitos étnicos, armas de destruição em massa, fanáticos, etc.
...our Nation will be prepared to lead a world challenged as it is everywhere by ethnic conflict, by the proliferation of weapons of mass destruction, by the global democratic revolution, and by challenges to the health of our global environment.

Of course, there are still dangers in the world: rampant arms proliferation, bitter regional conflicts, ethnic and nationalist tensions in many new democracies, severe environmental degradation the world over, and fanatics who seek to cripple the world's cities with terror.

Com base nos dados acima, propomos a seguinte representação para o esquema actancial que define a gramática narrativa do discurso do governo Clinton:

Figura 5 - Representação actancial dos discursos de Bill Clinton:



Fonte: elaboração dos próprios autores.

O esquema acima identifica a gramática narrativa dominante no discurso de ênfase na agenda doméstica articulado por Clinton. O discurso criou uma realidade com atores que assumem papéis definidos que devem seguir determinadas ações a fim de chegar à conclusão da trama. O enredo articulado por Clinton define que, com o fim da Guerra Fria, e após uma era de gastos no período anterior, os Estados Unidos perderam o rumo. Caberá ao presidente e ao governo colocar o país nos trilhos para benefício das famílias e crianças que constituem a América. A narrativa já descreve o que cada um deverá fazer, com quem e como deverá se relacionar, quais as suas motivações e objetivos, a quem deverão se opor etc.

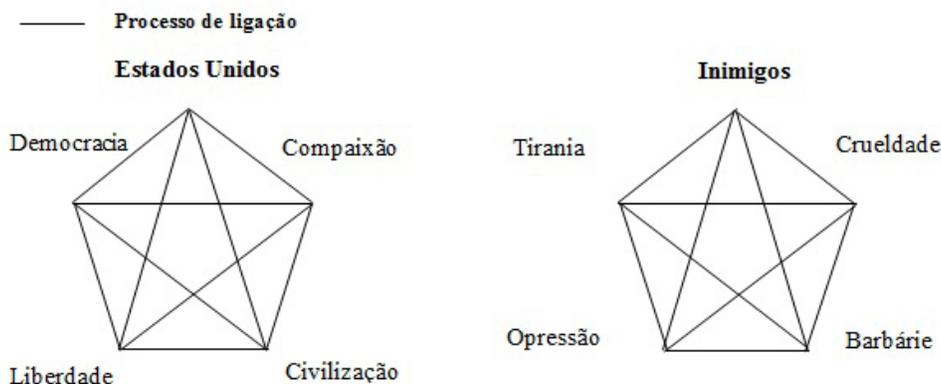
Nesse sentido, o retorno à prosperidade e ao crescimento é diretamente articulado em relação à expansão da democracia e dos livres mercados, que assegurariam, sobretudo, novos empregos e melhores condições sociais nos Estados Unidos. Menções a ameaças externas são marginais, visto que o discurso é dominado por preocupações internas como crescimento da dívida pública, desemprego, criminalidade, alta do endividamento pessoal, consumo de drogas, desagregação familiar, insegurança social etc.

Após oito anos de governo, a Era Clinton chegaria ao final. A eleição de 2000, vencida por George W. Bush em condições controversas, foi marcada por uma forte polarização em termos de valores morais. Com a multiplicação de conflitos étnicos ao longo da década de 1990, o candidato Bush passou a afirmar que a garantia da estabilidade e da segurança do planeta dependeria dos Estados Unidos, que teriam o “dever” de agir para transformar o mundo. As “funções” a serem exercidas eram apresentadas pelos da seguinte forma: defesa e expansão da democracia; liberdade em relação aos organismos internacionais multilaterais; e maior investimento e ampliação das Forças Armadas, que deveriam se manter na vanguarda tecnológica para dissuadir qualquer ameaça ou inimigo. Reitera-se que esse caminho parecia ainda mais lógico quando são explicitadas as opções de George W. Bush: uma aliança com o complexo industrial-militar garantia apoio doméstico e sustentação com parte da elite do país.

Os atentados terroristas de 11 de Setembro mudaram o cenário de forma radical, produzindo um novo deslocamento discursivo relevante. Desaparecem as ameaças estatais, como nos tempos da Guerra Fria, e surge um novo inimigo: o terrorismo transnacional. Trata-se de uma “nova ameaça” que se aproveita da porosidade das fronteiras e de facilidades domésticas que criavam um inimigo de difícil reconhecimento ou assimilação.

O corpus discursivo de nossa análise é composto por 8 pronunciamentos do Estado da União (2001 a 2008), formado por 40.290 palavras. A ilustração abaixo, obtida no *Wordlen*, sinaliza a ruptura discursiva em relação ao padrão anterior de Clinton. Onde havia predomínio de temas domésticos, agora há ênfase no

Figura 7 - Processo de ligação identitária - Os Estados Unidos e seus Inimigos (2)



Fonte: elaboração dos próprios autores.

O papel dessa diferenciação foi essencial para que se procurasse convencer a plateia de que os objetivos propostos eram “essenciais” à segurança dos Estados Unidos. Bush não apenas constrói o inimigo, mas o faz num contraponto às características que ele considera positivas no seu povo, aquele que vai receber a mensagem e é o receptor. Essas ideias demarcavam o campo de atuação da política externa norte-americana e pretendia justificar invasões em outros territórios como algo essencial.

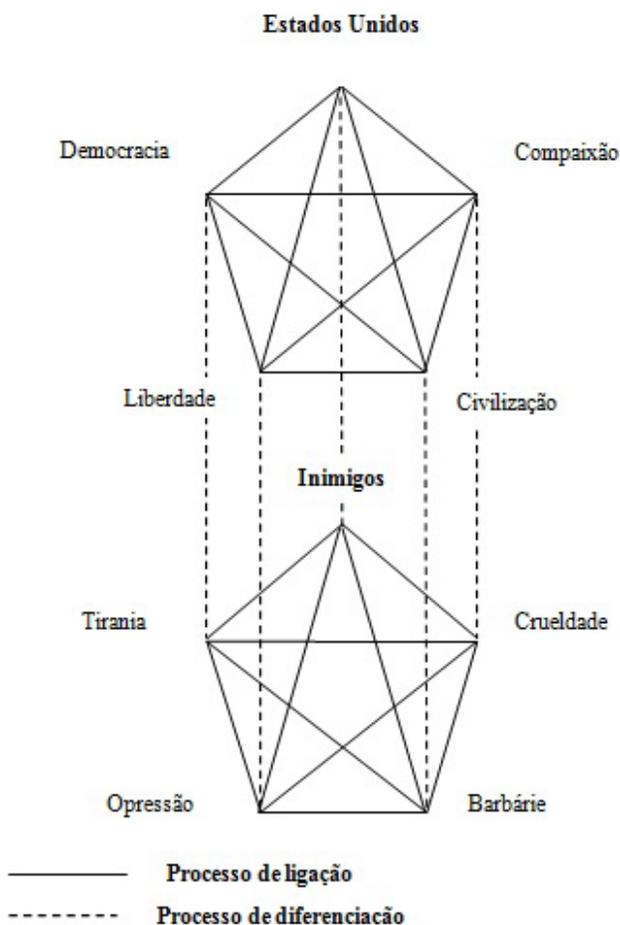
Poderia se afirmar que toda relação política é maniqueísta e que a construção social do “eu” e do “outro” é conflituosa por natureza. Não é o pretendido neste trabalho e comprovar o oposto seria tema para outra pesquisa. O “outro” não é necessariamente o “inimigo”, esse sim objeto de nosso trabalho e estudo.

O bem/mal é caracterizado também como amigo/inimigo, de forma que os aliados são todos aqueles que compartilham dos valores norte-americanos e compreendem a necessidade de intervenção para garantir um mundo melhor e mais pacífico – esses valores seriam compartilhados por todos os homens, e por isso, seriam “certos”. Outra característica recorrente e que remete muito especificamente aos discursos do presidente norte-americano é de adotar a compaixão como atributo intrínseco do povo norte-americano. A presença da compaixão é importante para destacar o caráter bondoso dos Estados Unidos, mesmo quando a demonstração de sua piedade acontece por meio de intervenções militares.

O maniqueísmo também se faz presente como forma de afirmação da oposição americanos x terrorista. O americano seria o povo dotado de compaixão, aquele que tem piedade dos demais por não estarem livres e ainda não serem capazes de

se guiarem sozinhos. Os terroristas representariam a maldade no mundo, o que é construído além do próprio termo numa abrangência capaz de incluir Estados e seus líderes, ou seja, terrorista é todo aquele considerado inimigo e capaz de ameaçar os Estados Unidos e seus amigos/aliados. Essa seria a diferença fundamental entre o mundo “amigo” dos americanos, no qual estariam incluídos seus aliados e os países considerados “democráticos”, e o mundo “opressor”, marcado por outros valores como a “tirania” e a “barbárie”. Considerar, portanto, o maniqueísmo nos discursos

Figura 8 - Processo de ligação e diferenciação identitária
- EUA e seus inimigos (2)



Fonte: elaboração dos próprios autores.

do presidente norte-americano é essencial não apenas pelo viés político, mas para entender como as ideias constroem e buscam enaltecer determinados conceitos em detrimento de outros – como foi apresentado nesta pesquisa.

Aplicando o esquema greimasiano à nossa amostra de análise, obtemos esta gramática narrativa:

- Emissor: História.

History has called America and our allies to action, and it is both our responsibility and our privilege to fight freedom's fight.

History has also issued its call to your generation.

- Sujeito: EUA, América e americanos.

America has stood down enemies before and will do so this time.

The hour is coming when America will act, and you will make us proud.

We will rally the world to this cause by our efforts, by our courage. We will not tire, we will not falter and we will not fail.

We did not ask for this mission, but we will fulfill it.

We are reminded that we are citizens, with obligations to each other, to our country, and to history.

... we've been called to a unique role in human events.

In keeping with our heritage and principles, we do not use our strength to press for unilateral change.

The United States welcomes our responsibility to lead in this great mission.

- Objeto: o fim da opressão como solução do dilema hegeliano “escravo/mestre”.

... our way of life, our very freedom came under attack.

Tonight, we are a country awakened to danger and called to defend freedom.

... night fell on a different world, a world where freedom itself is under attack.

The advance of human freedom, the great achievement of our time and the great hope of every time,...

So long as training camps operate, so long as nations harbor terrorists, freedom is at risk.

No people on Earth yearn to be oppressed or aspire to servitude, or eagerly await the midnight knock of the secret police.

The great struggles of the twentieth century between liberty and totalitarianism ended with a decisive victory for the forces of freedom – and

in a single sustainable model for national success: freedom, democracy, and free enterprise.

- Destinatário: o mundo e a humanidade.

They understand that if this terror goes unpunished, their own cities, their own citizens may be next.

This will be an age of liberty here and across the world.

We defend not only our precious freedoms, but also the freedom of people everywhere to live and raise their children free from fear.

America will lead by defending liberty and justice because they are right and true and unchanging for all people everywhere.

We will lift this dark threat from our country and from the world.

People everywhere want to be able to speak freely; choose who will govern them; worship as they please;...

These values of freedom are right and true for every person, in every society

...

- Ajudante: progresso, civilização, aliados, alianças, as grandes potências, o Estado-nação e os valores, morais e caráter da sociedade americana.

America and our friends and allies join with all those who want peace and security in the world, and we stand together to win the war against terrorism.

The civilized world is rallying to America's side.

This is the world's fight. This is civilization's fight. This is the fight of all who believe in progress and pluralism, tolerance and freedom.

Given the nature and reach of our enemies, we will win this conflict by the patient accumulation of successes, by meeting a series of challenges with determination and will and purpose.

In the months ahead, our patience will be one of our strengths, ...

Because the war on terror will require resolve and patience, it will also require form moral purpose.

Today the great powers are also increasingly united by common values, instead of divided by conflicting ideologies.

When the great powers share common values, we are better able to confront serious regional conflicts together, better able to cooperate in preventing the spread of violence or economic chaos.

- Oponente: terroristas, opressores, ditadores, tiranos, regimes totalitários, extremistas, regimes que apoiam terroristas etc.

Our enemy is a radical network of terrorists and every government that supports them.

From this day forward, any nation that continues to harbor or support terrorism will be regarded by the United States as a hostile regime.

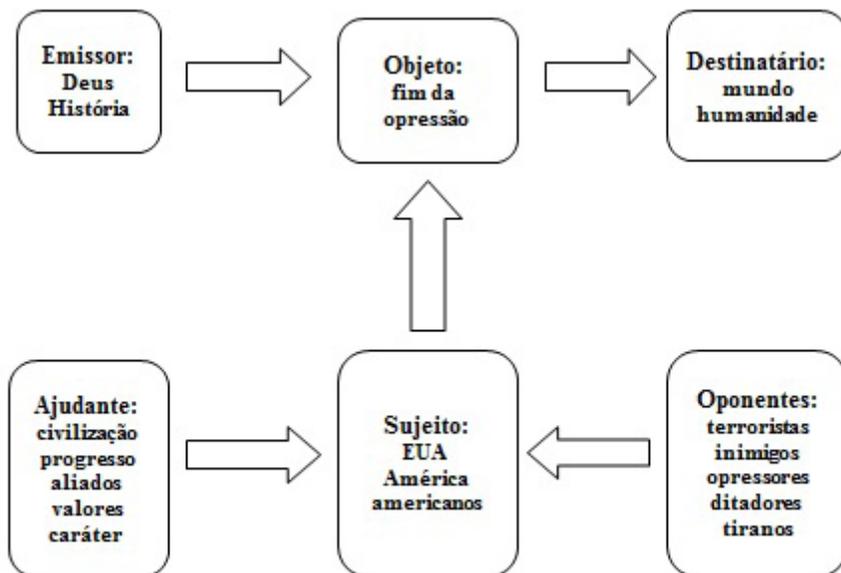
If any government sponsors the outlaws and killers of innocents, they have become outlaws and murderers themselves.

States like these, and their terrorist allies, constitute an axis of evil, arming to threaten the peace of the world.

We will defend the peace by fighting terrorists and tyrants.

Com base nos dados acima, propomos a seguinte representação para o esquema actancial que define a gramática narrativa do discurso de George W. Bush (2001-2008):

Figura 9 - Representação actancial dos discursos de George W. Bush



Fonte: elaboração dos próprios autores.

A eleição de Barack Obama em 2008 representou a tentativa de devolver ao povo norte-americano a ideia de que “sim, eles eram capazes”, transmitida principalmente pelo lema “Yes, we can” – e similar à noção de excepcionalidade americana, no sentido de que seriam capazes de qualquer coisa simplesmente por serem quem são: a América. Obama continuou a abordar essas questões em seus

discursos anuais à nação. Reiteradamente, o ressaltava as qualidades da população com ênfase a sua capacidade de superação. Ressalta-se que Barack Obama assumiu o país em meio a uma crise financeira de escala global, que afetou especialmente o Norte Global. Não à toa, o grande enfoque de seus discursos e da narrativa de superação e de motivação era a questão econômica: a necessidade de criar empregos, recuperar a economia, aumentar a produtividade e equiparar-se com nações que mantêm alto crescimento econômico.

Apesar do maior destaque às questões internas e econômicas, nossa análise aponta algumas mudanças interessantes na forma de construir ameaças externas. Lembramos que algumas questões relacionadas à segurança e defesa já haviam ganhado destaque na campanha presidencial e mantiveram-se dessa forma: o possível fechamento da prisão de Guantánamo e o término das guerras do Iraque e do Afeganistão¹⁴.

O corpus discursivo submetido à análise é formado por cinco pronunciamentos de Obama, entre 2009 a 2013, com cerca de 34 mil palavras. A representação da nuvem de palavras (figura 10) sugere algumas mudanças interessantes com relação ao governo anterior. Apesar do ainda forte caráter autorreferencial do discurso, o que pode ser observado pelo predomínio da articulação em torno de America(no), a ênfase nas ameaças externas declinou bastante. Ao mesmo tempo, nota-se o retorno a uma agenda que também se preocupa com a política doméstica, conforme sinaliza a presença de termos como emprego, crescimento, economia, trabalho, educação, energia, negócios etc. O discurso também sugere tempos de mudança e de esperança. A frase de ordem repetida durante a campanha presidencial ainda tem ressonância: os termos “new” e “change” ganham destaque em Obama.

O debate sobre o fechamento de Guantánamo relaciona-se às denúncias de tortura surgidas na gestão de George W. Bush. Para os democratas, e boa parte da população, a imagem do país teria sido arranhada pelos excessos cometidos durante a “Guerra ao Terror”. Assim, o discurso de Obama constrói a noção de que os americanos devem se livrar desse tipo de acusação retornando aos ideais originais que formam a nação norte-americana. O ideal de liberdade é contraposto ao uso da tortura e da exceção como forma de atuação do Estado para garantir a segurança dos cidadãos.

Quanto aos inimigos *per se*, a narrativa presidencial não sofre grandes modificações. Irã, Síria e Coreia do Norte, muito citados por W. Bush, retornam, apesar de Obama evitar empregar a expressão “eixo do mal”, provavelmente para

¹⁴ Note-se que, mesmo após esses anos, Guantánamo permanece aberta e operando, mas as guerras previamente citadas tiveram seu término estabelecido e boa parte das tropas norte-americanas retornaram ao país – a despeito do uso de empresas militares privadas e a falta de segurança e controle pelas forças de segurança do Iraque e do Afeganistão em garantirem a estabilidade em seus países.

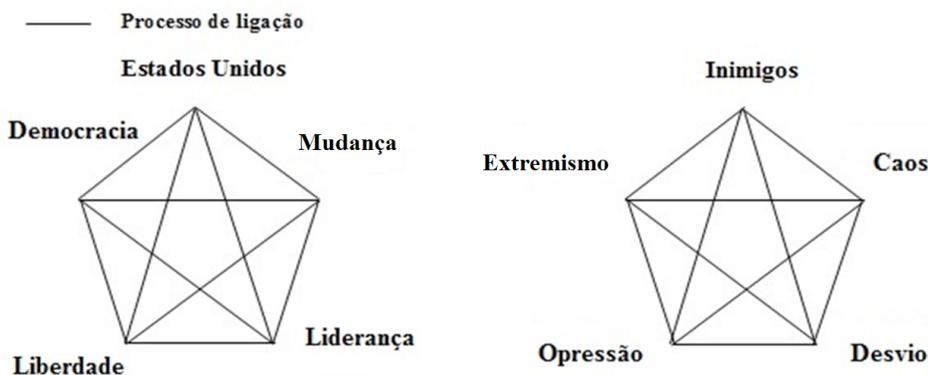
Saddam Hussein.

A construção identitária dos Estados Unidos e dos Inimigos no governo Obama é similar ao do governo Clinton, com algumas diferenças. “Democracia” e “liberdade” são mantidas como significantes importantes para todos os momentos analisados nesse trabalho porque representam valores centrais – e que terão contrapontos que poderão ser mudados, mas com pouca diferença na construção identitária final.

Assim, identificamos que o aspecto da mudança, do novo e da necessidade de estabelecer uma nova relação de confiança tanto entre os próprios americanos quanto entre estes e os demais povos, deveria ser priorizada. Não se trataria apenas de garantir a ordem, pura e simplesmente, mas de estabelecer parâmetros para que ela exista e continue de forma a respeitar o espaço dos Estados Unidos nesse sistema – o que, para Obama, não poderia ser feito sem uma mudança de atitude ou, pelo menos, de discurso.

O significativo da liderança permanece porque sua ligação com a mudança é essencial. Na prática, o discurso quer dizer “mudar para permanecer na mesma posição”, ou seja, para garantir o *status quo* é preciso repensar a inserção norte-americana e a forma como eles se veem e querem ser vistos, coerente com os documentos emitidos pelo governo que privilegiam a multipolaridade.

Figura 11 - Processo de ligação identitária - Os Estados Unidos e seus Inimigos (3)



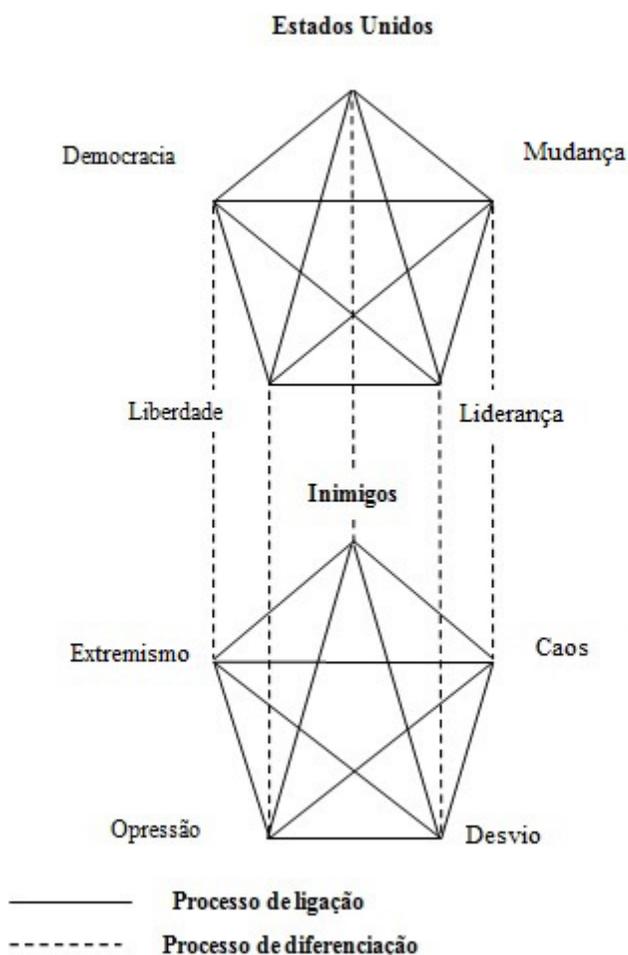
Fonte: elaboração dos próprios autores.

Quanto ao processo de diferenciação, também é possível perceber semelhanças com o desenho do governo Clinton. A ideia de caos pode ser mais referenciada à crise financeira de 2008/2009, em que o discurso de Obama focou-se intensamente na ideia de controle e estabilidade dos mercados e restabelecimento dos padrões de

emprego e renda no país – especialmente em um contexto que comparava essa crise à de 1929 pela gravidade e extensão.

Um aspecto interessante a ser relacionado quanto ao desvio é a possibilidade de estender o signifiante aos Estados Unidos, que teriam se distanciado dos próprios valores no governo anterior ao abusar de ações de exceção e ao que convém denominar de um unilateralismo intervencionista, em detrimento dos aliados tradicionais. De qualquer forma, o desvio também equivale à ideia de Obama de

Figura 12 - Processo de ligação e diferenciação identitária - EUA e seus inimigos (3)



Fonte: elaboração dos próprios autores.

que o sistema internacional pauta-se por relações construídas via instituições internacionais, negociações diplomáticas e o respeito aos Direitos Humanos, o que, para o presidente americano, seriam institutos violados por países já citados como Irã, Coreia do Norte e Síria.

A mudança na imagem identitária do inimigo diz respeito ao significativo “extremismo”. Uma vez estabelecido, ele busca quebrar com a lógica da civilização vs. barbárie, ou mesmo do binômio bom x mau (contraposições largamente usadas por seu antecessor). Extremismo também pode vir a complementar as construções de tirania, opressão e desvio quando são formas de retratar aqueles que buscam meios de atingir os Estados Unidos não apenas materialmente, mas pela radicalização do discurso e da construção de uma narrativa de ódio, por vezes ligada às redes terroristas e os governos considerados tiranos de países selecionados nessa narrativa.

Com relação ao esquema actancial, observamos a seguinte lógica de construção de narrativa e enredo.

- Emissor: História.

History reminds us that at every moment of economic upheaval and transformation, this Nation has responded with bold action and big ideas.

We are instead called to move forward with the sense of confidence and candor that serious times demand.

Those of us gathered here tonight have been called to govern in extraordinary times...

Again, we are tested. And again, we must answer history's call.

- Sujeito: EUA, América e americanos, o presidente.

We will rebuild, we will recover, and the United States of America will emerge stronger than before.

What is required now is for this country to pull together, confront boldly the challenges we face, and take responsibility for our future once more.

...that day of reckoning has arrived, and the time to take charge of our future is here.

My job--our job is to solve the problem. Our job is to govern with a sense of responsibility.

America takes these actions because our destiny is connected to those beyond our shores.

- Objeto: o fim da crise (financeira, fiscal, de empregos, de energia, da guerra).

...the immediate steps we're taking to revive our economy in the short term.
...confidence will return and our economy will recover.
...to ensure that a crisis of this magnitude never happens again,...
My job--our job is to solve the problem. Our job is to govern with a sense of responsibility.
As a candidate, I promised that I would end this war, and that is what I am doing as President.
This war is ending, and all of our troops are coming home.

- Destinatário: as famílias, os jovens e crianças, os trabalhadores.
It's not about helping banks; it's about helping people.
Because when credit is available again, that young family can finally buy a new home.
...and American families will see their retirement secured once more.
That is a promise we have to make to the children of America.
We were sent here to serve our citizens, not our ambitions.
Stronger families. Stronger communities. A stronger America.

- Ajudante: reformas, responsabilidade, investimentos, aliados.
I ask Congress to move quickly on legislation that will finally reform our outdated regulatory system.
So I ask this Congress to join me in doing whatever proves necessary,...
But the only way to fully restore America's economic strength is to make the long-term investments...
For we know that America cannot meet the threats of this century alone...
To meet the challenges of the 21st century--from terrorism to nuclear proliferation, from pandemic disease to cyber threats to crushing poverty--we will strengthen old alliances, forge new ones, and use all elements of our national power.
We're joined by allies and partners who have increased their own commitments...
In defense of freedom, we'll remain the anchor of strong alliances from the Americas to Africa, from Europe to Asia.

- Oponente: terroristas, inimigos com armas nucleares, ciberterroristas etc.
Since the day I took office, we've renewed our focus on the terrorists who threaten our Nation.
...we're also confronting perhaps the greatest danger to the American people, the threat of nuclear weapons.

...those nations that insist on violating international agreements in pursuit of nuclear weapons.

Of course, as we speak, Al Qaida and their affiliates continue to plan attacks against us.

From Pakistan to Yemen, the Al Qaida operatives who remain are scrambling,... America is determined to prevent Iran from getting a nuclear weapon.

America remains the one indispensable nation in world affairs, and as long as I'm President, I intend to keep it that way.

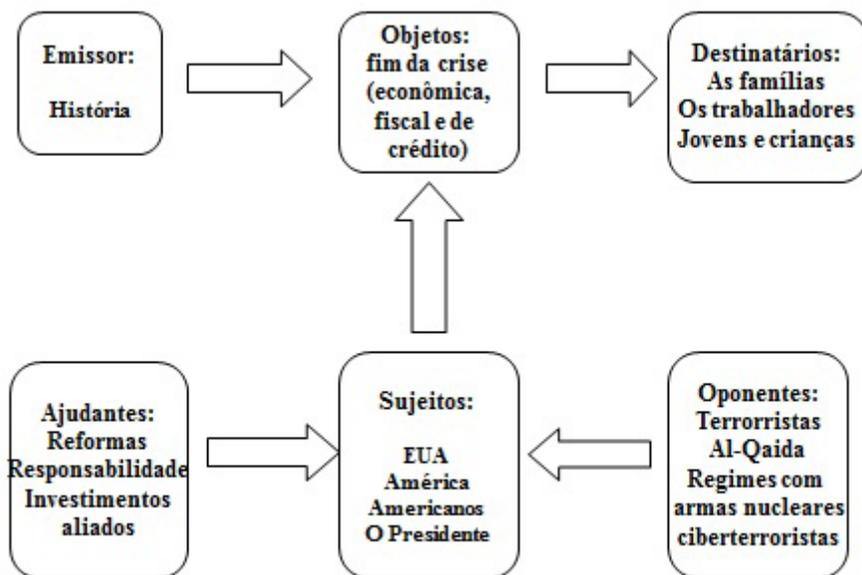
America will continue to lead the effort to prevent the spread of the world's most dangerous weapons.

America must also face the rapidly growing threat from cyber attacks.

We know foreign countries and companies swipe our corporate secrets. Now our enemies are also seeking the ability to sabotage our power grid, our financial institutions, our air traffic control systems.

Com base nos dados acima, propomos a seguinte representação para o esquema actancial que define a gramática narrativa do discurso de Barack Obama (2008-2013):

Figura 13 - Representação actancial dos discursos de Barack Obama



Fonte: elaboração dos próprios autores.

Conforme podemos identificar, o discurso dos presidentes norte-americanos tende a seguir uma mesma linha de raciocínio e construção de narrativas. O fato de se tratar de um período relativamente curto pode ser um dos fatores que ajudam a explicar a perpetuação de certas similaridades discursivas. Todavia, alguns deslocamentos discursivos são percebidos, sobretudo entre Clinton e Bush, em parte devido aos eventos de 2001.

Quando afirmamos que existe uma continuidade nos discursos políticos dos presidentes norte-americanos, não queremos dizer que se trata de narrativas fixas. Pelo contrário, buscamos apresentar justamente que os discursos são fluidos e interpostos por construções e interpretações de outros períodos e presidentes. A busca pelo entendimento passa pela simplificação do que e como é proposta uma ideia ou uma justificativa, por exemplo. Os presidentes norte-americanos usam de “caminhos” pré-estabelecidos a fim de criar um discurso que seja entendível, aceitável e, ao mesmo tempo, permita a identificação com significados próprios da cultura e da linguagem política dos Estados Unidos. Portanto, o papel dos discursos é o de estabelecer limites e fronteiras no que se busca transmitir como a identidade norte-americana – quando o presidente assume para si essa função, ele transmite não apenas ideias já determinadas, mas também seus preconceitos e visões acerca de como o mundo deve ser concebido e, em última instância, moldado.

Por isso, a ideia de estabelecer como marco o pós-Guerra Fria e o período do 11 de Setembro possibilitou a identificação de um mundo que buscava novamente se estabilizar, onde os significados deveriam novamente se estabelecer em pontos que permitissem que o público em geral – e os próprios tomadores de decisão – apreendesse uma “nova realidade”. Colocamos esse termo dentro de aspas justamente por se tratar de uma alusão às construções discursivas que podem ser vistas nos três distintos governos de nossa análise. Clinton, Bush e Obama buscaram demarcar seus períodos de atuação como excepcionais, momentos extraordinários nos quais o futuro da humanidade estaria diretamente ligado a como os Estados Unidos atuariam no mundo.

Não negamos a importância de marcos como o fim da Guerra Fria, a dissolução da União Soviética ou o 11 de Setembro, nem buscamos diminuir a complexidade adquirida pela política internacional com novas técnicas e processos advindos da globalização do capital e as consequências que isso gerou na interação entre os agentes do sistema internacional. No entanto, é preciso reconhecer como tais momentos foram discursivamente construídos de forma a criar significados específicos no imaginário político. Os presidentes buscaram transmitir a ideia de que haveria uma divisão muito clara entre os marcos estabelecidos, como se

o mundo tivesse mudado completamente a partir de então – e que os princípios e valores norte-americanos se tornariam universais automaticamente. A ideia do “novo” busca exaltar a possibilidade de quebra do “velho”, como uma linha evolutiva que passaria por saltos de aprimoramento e deixaria para trás tudo de negativo pré-existente em contraposição a uma era em transformação, mas que já teria seus pressupostos valorativos definidos.

Os atentados do 11 de Setembro permitiram uma radicalização das ameaças externas, com a caracterização de Osama bin Laden e, posteriormente, Saddam Hussein, como sendo as encarnações do mal na Terra. Por isso, os termos antagônicos aos apresentados anteriormente sofrem uma mudança nos modelos adotados nesse trabalho. De “caos” e “desvio”, relacionados especialmente às ideias de ordem e descontinuação do que seria o mundo ideal para os norte-americanos, passa-se a uma construção que coloca “civilização” e “barbárie”, “crueldade” e “compaixão” como pontos focais dos discursos – esses termos transmitem uma ideia de divisão ainda mais forte que os anteriores. Enquanto é possível colocar ordem no caos e ajustar os desvios, a barbárie e a crueldade são construídas como características de atores irracionais e malignos; os Estados Unidos atuam por ordem divina contra o mal que surge na Terra, e por isso não dialogam nem hesitam na hora de atuar, afinal, o contrário significaria a vitória da maldade e a ideia de que não há ninguém que olhe pelos “bons”.

A diferença entre os períodos antes e depois de 2001 é justamente a da percepção em relação às ameaças e ao inimigo. A construção do terrorismo como baseado em uma ação perpetrada contra os Estados Unidos e daí em diante (re) escrita para outros temas de política externa, permitiu direcionar os significados de ameaça a indivíduos, ao contrário dos conflitos anteriores nos quais a participação norte-americana é justificada pela manutenção da ordem e razões humanitárias. Se existem diferenças nos discursos é porque estes também são flexíveis e adaptáveis, buscando construir (novos) significados e reconstruí-los de acordo com interesses e entendimentos dominantes.

Pudemos ver que todos os presidentes do período analisado buscaram exemplos de feitos de outros presidentes e usaram a História para comparar o que buscavam justificar. Além disso, foi recorrente a comparação entre ações de política externa e intervenções em outros países, recorrendo-se a elementos iguais ou similares para o mesmo objetivo, ou a mesma “ameaça”.

A análise dos discursos presidenciais norte-americanos permitiu-nos perceber a atuação dos Estados Unidos de uma forma distinta – como eles se enxergam e como eles transmitem essa visão de si. Para além da construção de uma identidade nacional, pudemos entender como o “Outro” é um sujeito de múltiplas faces e características, que vão desde o amigo que coopera e compartilha valores

e interesses até o pior inimigo “desde sempre” e “desde nunca” – afinal, para ser ameaçado, basta existir, e como nunca, são expostos a desafios que exigirão ainda mais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADLER, E.; BARNETT, M. 1998. *Security Communities*. Cambridge. Cambridge University Press.
- BENWELL, B; STOKOE, E. 2006. *Discourse and Identity*. Edinburgh. Edinburgh University Press.
- BROWING, C.S. 2002. “Come Home or Moving Home?: “Westernizing” Narratives in Finnish Foreign Policy and the Reinterpretation of Past Identities”. *Cooperation and Conflict*, v. 37, n. 1: 47-72.
- BRUBACKER, R.; COOPER, F. 2000. “Beyond Identity”. *Theory and Society*, v. 29, n. 1: 1-47.
- CAMPBELL, D. 1998. *Writing Security. United States Foreign Policy and the Politics of Identity*. Minneapolis. University of Minnesota Press.
- CONNOLLY, W.E. 1991. *Identity/Difference. Democratic Negotiations of Political Paradox*. Minneapolis. University of Minnesota Press.
- CURRIE, M. 2004. *Difference*. New York: Routledge.
- DE GEEST, D. 2003. “La sémiotique narrative de A.J. Greimas”. *Image & Narrative*, v. 5.
- EDWARDS, Jason A. 2008. “Defining the Enemy for the Post-Cold War World: Bill Clinton’s Foreign Policy Discourse in Somalia and Haiti”. *International Journal of Communication*, v.2: 830-847.
- FEARON, J. 1999. “What is Identity (as We Now Use the Word) ?”. Mimeo, Stanford University, November.
- FITZPATRICK, S. 1993 “Ascribing Class: The Construction of Social Identity in Soviet Russia”. *Journal of Modern History*, v. 65: 745-770.
- FOUCAULT, M. 1972. *The Archaeology of Knowledge & The Discourse on Language*. New York. Pantheon Books.
- GLEASON, P. 1983. “Identifying Identity: A Semantic History”. *Journal of American History*, v. 6: 910-931.
- GREIMAS, A.J. 1983. *Structural Semantics*. Lincoln: University of Nebraska Press.
- GUILLAUME, Xavier. 2011. *International Relations and Identity. A dialogical approach*. London. Routledge.
- HAAS, R. N. 1995. “Paradigm Lost”. *Foreign Affairs*, v. 74, n. 1: 144-145.
- HANSEN, Lene. 2006. *Security as practice: discourse analysis and the Bosnian war*. London. Routledge.
- HANSEN, L.; WAEVER, O. (Eds.). 2002. *European Integration and National Identity: The Challenge of the Nordic States*. London: Routledge.
- HUTCHINSON, J.; SMITH, A.D. (Eds.). 1996. *Ethnicity*. Oxford: Oxford University Press.

- JACKSON, R. 2006. "Genealogy, Ideology, and Counter-Terrorism: Writing Wars on Terrorism from Ronald Reagan to George W. Bush Jr". *Studies in Language & Capitalism*, v. 1: 163-193.
- JOHNSTON, A.I. 2007. *Social States: China in International Institutions, 1980-2000*. Princeton. Princeton University Press.
- KATZENSTEIN, P. (Ed.) 1996. *The Culture of National Security. Norms and Identities in World Politics*. New York. Columbia University Press.
- LACAN, J. 1977. *Écrits. A Selection*. New York. W.W. Norton.
- LEFF, C.S. 1997. *The Czech and Slovak Republics: Nation vs. State*. Boulder. Westview Press.
- LYNN-DOTY, R. 1993. "Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines". *International Studies Quarterly*, v. 37, n. 3: 297-320.
- MANSBACH, R.; RHODES, E. 2007. "The National State and Identity Politics: State Institutionalisation and 'Markers' of National Identity". *Geopolitics*, v. 12, n. 3: 426-458.
- MURRAY, S. K.; MEYERS, J. 1999. "Do people need Foreign Policy Enemies? American Leaders' Beliefs after the Soviet Demise". *The Journal of Conflict Resolution*, v. 43, n. 5: 555-569.
- NABERS, D. 2009. "Filling the Void of Meaning: Identity Construction in U.S. Foreign Policy After September 11, 2001". *Foreign Policy Analysis*, v. 5, n. 2: 191-214.
- NEUMANN, I.B. 1996. "Collective Identity Formation: Self and Other in International Relations". *European Journal of International Relations*, v. 2, n. 2: 139-174.
- ROSENBERG, J. 1990. "What's the Matter With Realism?" *Review of International Studies*, v. 16, n. 4: 285-303.
- ROUHANA, N. 1997. *Palestinian Citizens in an Ethnic Jewish State: identities in conflict*. New Haven. Yale University Press.
- STOKES, S. 1995. *Cultures in Conflict: Social Movements and the State in Peru*. Berkeley. Berkeley University Press.
- TAYLOR, C. 1989. *Sources of the Self: The Making of Modern Identity*. Cambridge. Harvard University Press.
- WAEVER, O. 1997. "Figures of International Thought: Introducing Persons Instead of Paradigms", pp. 7-37. In: NEUMANN, I.B.; WAEVER, O. (Eds.). *The Future of International Relations: masters in the making?* London: Routledge.
- WALKER, R. B. J. 1993. *Inside/outside: international relations as political theory*. Cambridge. Cambridge University Press.